



Tecnocracia fiscal



António Domingues Azevedo

Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

Se houve área da Administração Pública portuguesa que mais progrediu na última década essa foi, indiscutivelmente, a fiscal. Cobram-se mais impostos, apañam-se mais infratores, o cruzamento de dados foi afinado. Sobre isso não há margem para dúvidas. A mudança foi da noite para o dia. Contudo, a eficiência e a ânsia de arrecadar receita trouxe consigo aspetos colaterais absolutamente criticáveis. A desumanização da máquina fiscal é, porventura, a

marca mais negativa destes últimos anos. Eu, que acompanho há décadas todas as questões relacionadas com a fiscalidade, estou seriamente apreensivo com a massificação da gestão dos impostos em Portugal e com a falta de sensibilidade reinante, causadora de uma lógica de conflitualidade tributária nunca antes vista. O desastroso funcionamento do Portal das Finanças é apenas a ponta do iceberg de inúmeras situações que quotidianamente se verificam.

Não raro o sistema impede, por crescente irresponsabilidade ou desleixo, em última análise por incompetência, a correta gestão do ato fiscal. São comportamentos desta natureza que nos fazem questionar se o Estado é uma entidade de bem ou um grupo de malfeitores especializados em tropelias para dificultar a vida aos obedientes cidadãos apostados em cumprir os seus deveres da vida em comunidade.

O determinismo tecnológico é outro problema com que a administração fiscal se confronta. O ser humano apressa-se a desculpar a máquina, em vez de corrigir prontamente o que o sistema não respeita no que à função para o qual está programado diz respeito. É esta impessoalidade do sistema o lado mais negro da eficiência fiscal. Por isso, digo de forma convicta que o mundo dos impostos em Portugal não vive em democracia, mas subjugado a uma tecnocracia fiscal.

Queremos contribuintes intimidados ou contribuintes colaborantes? Dificilmente vamos conseguir ter contribuintes motivados quando existe um desequilíbrio acentuado no relacionamento entre fisco e contribuinte, ainda mais grave por ter na sua essência o desmerecimento da gestão da causa pública. Bem sei que este ponto de situação na máquina fiscal é o espelho da degradação da imagem do Estado, e no geral, no que é público, na sociedade, quando, na verdade, o que é público deve ser o melhor, simplesmente porque é de todos.

Em vez de um Estado omissivo, que não informa os honrados contribuintes do modo como emprega o dinheiro subtraído dos seus rendimentos do trabalho e que responde com duas pedras na mão aos cidadãos que ousam reclamar pelos seus direitos tributários, devia emergir um Estado mais dialógante e menos arrogante. É esta a reforma do Estado que o Governo desfraldou como bandeira e ficou no tinteiro. Reformar é mudar paradigmas, não é apenas amputar. ■

O autor escreve ao abrigo do novo acordo ortográfico